



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Ata n.º 20 15.ª Sessão ordinária da Assembleia Municipal de Portalegre, realizada em 28 de junho de 2024.

Aos vinte e oito dias do mês de junho do ano dois mil e vinte e quatro, nesta cidade de Portalegre e no auditório do Centro de Congressos da Câmara Municipal, reuniu a Assembleia Municipal de Portalegre com a presença dos seguintes membros: Luís Miguel Casqueiro Romão, João Luís Soeiro da Graça Pina, Ricardo Jorge Palmeiro Romão, Rui Jorge Batista Martelo, Maria da Conceição Barradas Grilo, Adriano Manuel Alface Bailadeira, Célia Maria da Silva Carreiro, Raul Alberto Carrilho Cordeiro, Patrícia Elias Lopes de Groote Cardoso, Amândio José Valente e Valente, Maria da Conceição Ceia Miranda, Artur Jorge Coelho Correia, Filipa Barroso Viegas, Ana Isabel da Costa Meira, Sara Maria Esteves Luís Sardinha, Francisco António Carvão Trindade, Marco António Serra Antunes, João Paulo Carreço Brazão, José Cordas Barradas, António José Bagina Alegria, Carla Lucinda Raposo Mocito, Célia de Jesus Soares, Luís Miguel Candeias Ricardo, Henrique Manuel Esteves Santinho, Jaime Alexandre da Silva Fitas, Bruno José Marchão Calha, Francisco Manuel Frutuoso Carrapiço e Nuno Fernando do Espírito Santo Bambulo.-----

Estiveram presentes a senhora Presidente de Câmara e vereadores da Câmara Municipal de Portalegre: Fermelinda de Jesus Pombo Carvalho, Laura Ivone Velez Galão, Marco Sales Cardoso, Nuno Gonçalo Franco Lacão e Luís David Trindade de Moreira Testa. Não estiveram presentes na reunião a Senhora vereadora do executivo Ana Margarida Salgueiro Curinha, e Diogo Miguel Borralho Dias em substituição do vereador do executivo João Nuno Cativo Cardoso.-----

Estiveram ainda presentes os seguintes dirigentes, trabalhadores: Cláudia Isabel Rota Maçãs Nogueira Capote, chefe da Divisão de Ordenamento, Planeamento e Gestão Urbanística; Pedro Guilherme Mourato Rainho Barbas, chefe da Divisão da Cultura, Juventude, Desporto, Assuntos Sociais, Educação e Turismo; José Mário Agrelo Calha, chefe da Divisão de Obras e do Ambiente; José Manuel Figueiredo Gandum chefe da Divisão de Administração Geral e Finanças, Rui Manuel Nunes Pinto, chefe de Divisão dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes, tendo a sessão sido secretariada pela técnica superior Maria Luciano de Jesus Fernandes Tavares.-----

ABERTURA DA SESSÃO:

=====

O senhor presidente de mesa, Luís Miguel Casqueiro Romão, cumprimentou todos os presentes na sala e deu início aos trabalhos, eram vinte e uma horas. Foi verificada a existência de quórum.-----

FALTAS JUSTIFICADAS: Não houve faltas a declarar.-----

AS SUBSTITUIÇÕES:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

O membro da Assembleia Municipal Albano António de Sousa Varela e Silva fez-se substituir, nos termos do artigo 78º, da Lei 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, por João Luís Soeiro da Graça Pina, Ana Sofia Carita de Oliveira Miguéns fez-se substituir por Francisco António Carvão Trindade, todas as substituições nos termos da citada Lei e atenta a lista do Partido Socialista sujeita a sufrágio.-----

O membro da Assembleia Municipal João Pedro Cachiço Ribeiro Luís fez-se substituir, nos termos do artigo 78º, da Lei 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, por Patrícia Elias Lopes de Groote Cardoso; o membro da Assembleia Municipal Francisco Correia do Carmo Garcia fez-se substituir por António José Bagina Alegria, todas as substituições nos termos da citada Lei e atenta a lista PPD/PSD, CDS-PP sujeita a sufrágio.-----

O membro da Assembleia Municipal Raquel Alexandra Rezinho Carita Castelo fez-se representar, nos termos da alínea c), do artigo 18.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, por Nuno Fernando do Espírito Santo Bambulo.-----

Elencadas as presenças, substituições e representações, doravante os membros da Assembleia Municipal, serão tratados pelos nomes e apelidos para facilitar a inteligibilidade da leitura da presente ata.-----

Intervenção do público:

Não houve intervenção do público.

Período antes da ordem do dia:

No uso da palavra João Pina cumprimentou todos os presentes e apresentou uma declaração política em nome da bancada do partido socialista, e em nome de todo o contexto nacional, congratulando-se em nome de todos pela escolha de António Costa para presidente do Conselho Europeu, sendo um motivo de orgulho para Portugal, para o partido socialista mas sobretudo para Portugal, lembrou que Portugal faz um pleno presidindo a Assembleia das Nações Unidas, Portugal tem um Secretário Geral das Nações Unidas, teve um Presidente da Comissão Europeia e agora o Presidente do Conselho Europeu, é um regozijo e deixou a declaração política em nome da bancada socialista.

O senhor presidente de mesa anuiu e complementou referindo que os votos apresentados são extensíveis a todos os grupos municipais, presentes na Assembleia Municipal, considerando a relevância do cargo que vai ser exercido por António Costa, é um português com provas dadas e saudou a nomeação.

No uso da palavra Adriano Bailadeira saudou a mesa, a senhora presidente, os colegas da Assembleia Municipal, os técnicos da autarquia, público presente e a assistir de casa

2

Ata n.º 20 – 28/06/2024

(escrita conforme o novo acordo ortográfico)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

e quis deixar uma observação, um pedido. Tendo reparado que saíram as alterações dos horários de transportes, e que saíram no próprio dia em que os horários foram alterados, chamou a atenção para o facto, visto que soube de pessoas que ficaram a saber apenas porque comentou com elas, e pediu para que fossem publicados antes de serem alterados, para que as pessoas não sejam apanhadas desprevenidas.

Amândio Valente, no uso da palavra, cumprimentou a mesa, a senhora presidente, colegas da assembleia municipal, público em geral, e abordou um assunto enviado pela comissão sindical de Portalegre do STAL, que refere uma reunião de Câmara de 25 de maio de 2024, onde foi apresentado pelos trabalhadores uma resolução que aprovaram em plenário, e onde a senhora presidente de Câmara assumiu que iria avaliar as reivindicações apresentadas. Sintetizou a resolução que aponta a falta de resposta da Câmara Municipal e que tem a ver com o instrumento de regulamentação coletiva de trabalho, que repôs as 35 horas semanais e recupera os 25 dias de férias, direito a férias frias, férias por idade e justificação de falta no caso de falecimento de familiar em 3º grau colateral, com destaque para a aplicação do SPI- Suplemento por Penosidade e Insalubridade, e o que se verifica por parte da Câmara é a falta de resposta. E perguntou pelo assunto, que foi entregue à senhora presidente de Câmara e que foi entregue ao senhor presidente da Assembleia.

O senhor presidente de mesa indicou que apenas lhe fora entregue em mão o assunto no próprio momento da reunião da Assembleia a decorrer, e que não tivera oportunidade de o ler, pelo que não fora possível agendar o assunto para a reunião em curso.

Ao que Amândio Valente gracejou que sendo assim estaria mais informado que o senhor presidente, e questionou a senhora presidente de Câmara sobre o assunto entregue na reunião de 20 de maio e que desenvolvimentos houvera sobre ele.

A senhora presidente de Câmara começou por cumprimentar o senhor presidente, todos os membros da assembleia e senhores vereadores, técnicos do município e todas as pessoas que assistem à reunião da Assembleia Municipal. De fato na reunião de maio, um grupo de trabalhadores esteve na reunião, entregou essa carta, o que lhes transmitiu foi que tomava nota do assunto e que o mesmo iria ser analisado e teria uma resposta. Está em análise e haverá uma resposta dentro de pouco tempo.

Amândio Valente retomou a palavra para colocar outra questão, que já colocara anteriormente, relativa à empresa Selenis, conjunto de cinco empresas, que compraram duas quintas adjacentes à fábrica e que são reserva agrícola nacional, perguntou se existem projetos entrados na Câmara para esses terrenos, responsabilidade dessa empresa.

A senhora presidente de Câmara recordou que já haviam falado nesse assunto, não tem presente informação sobre ele, não quis errar se entrou um projeto se entraram dois projetos, mas recorda-se que entrou um estudo prévio, não sabe com rigor essa informação, pois não tutela as obras privadas, fará depois chegar essa informação, apenas sabe que há intenção de realizar algum investimento nessa área.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Não houve mais intervenções e o senhor presidente de mesa passou ao período da Ordem do dia.

Ordem do dia:

1. Informação da Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal, nos termos da alínea c), do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

Adriano Bailadeira no uso da palavra colocou uma questão relativa à Estratégia Local de Habitação, no dia 11 de Junho houve assinatura de contratos e homologação no Programa Construir Portugal, que contou com oito municípios do distrito na parte da Habitação, e quatro municípios (três do distrito) assinaram na parte de Recuperação, Reabilitação e Modernização de Escolas (1º, 2º e 3º ciclos e secundários). Questionou se Portalegre não estando incluída se tem alguma previsão de ir buscar alguma verba destas.

Raul Cordeiro, no uso da palavra cumprimentou o senhor presidente, os membros da assembleia municipal, a senhora presidente e vereadores, funcionários do município e público em geral, seguidamente colocou três ou quatro pontos relativamente ao relatório da senhora presidente:

No que toca à Estratégia Local de Habitação e havendo várias referências à mesma no relatório, perguntou concretamente qual é o nível de execução da Estratégia Local de Habitação em volume financeiro, visto terem constatado que era relativamente baixo em assembleias anteriores.

Outra questão diz respeito ao Parque de Campismo, não está mencionado no relatório, qual é o ponto de situação relativo à intervenção no Parque de Campismo, visto saberem que abrange duas propriedades, se essa questão está resolvida e qual é o ponto de situação, visto ser omissa no relatório.

Uma outra questão relaciona-se com a Quinta da Saúde, o que está planeado para a ocupação do espaço, da intervenção feita no edifício, visto o edifício estar pronto e daqui a uns tempos, provavelmente necessitar de manutenção por estar desocupado, perguntou o que está planeado para a ocupação do edifício.

Relativamente aos transportes, já perguntara sobre a paragem de autocarro junto ao CAEP, assistindo-se a muitas pessoas à espera do autocarro ao sol, foi dito na última assembleia que seria instalada uma paragem coberta, perguntou qual o ponto de situação relativamente a essa paragem.

Relativamente à questão dos Biorresíduos, se é possível fazer um balanço sobre o sistema implementado, se a Câmara recebeu reclamações dos munícipes quanto à metodologia adotada, e perguntou sobre o feedback.

Quanto à necessidade de limpeza de algumas zonas da cidade, vai com frequência caminhar na zona industrial, salvo alguns arranjos que tem sido feitos nas rotundas principais da cidade, depara-se com espaços da cidade a necessitar de limpeza



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

profunda, não só de matos e arbustos mas também de lixo propriamente dito, perguntou se existe alguma estratégia do município que possa dar essa resposta, visto ter sido uma das propostas, que a senhora presidente afirmara na sua campanha eleitoral, o embelezamento dos espaços da cidade, perguntou sobre o balanço em matéria de limpeza e embelezamento.

Finalmente sobre as 'festas da cidade', que tem uma menção no relatório bastante redutora, considera que as 'festas da cidade' mereciam um realce maior, questionou qual o balanço sobre as 'festas da cidade', quantos expositores, estimativa de pessoas ou públicos, e qual o balanço que faz do local das 'festas da cidade', se continua a achar que é o local mais adequado e qual a análise que faz do cartaz das festas.

A senhora presidente de câmara começou pela questão do membro Adriano Bailadeira, que referiu que houve municípios que assinaram contrato em 11 de junho na CCDR, informou que esteve nessa cerimónia, tratou-se de um contrato de compromisso de aceleração, de aceleração da execução do PRR, por estar atrasado, houve um compromisso entre os municípios e o estado, onde os municípios se comprometem em seguir todas as regras e será possível tornar o processo mais célere, Portalegre não assinou porque Portalegre já havia assinado, Portalegre assinou em janeiro, crê que houve uma certa distração por parte do orador, que manifestou indignação por Portalegre não ter assinado, acontece que Portalegre tinha assinado anteriormente embora na altura não tenha ocorrido uma cerimónia pública, como ocorreu agora em Évora. Informou que nesta fase Portalegre tem mais duas candidaturas apresentadas, uma segunda e uma terceira fase, recordou que assinou-se em 17 de janeiro um contrato de 9,4 milhões de euros, e apresentou-se mais duas candidaturas em março que superam cada uma um milhão de euros, que estão em análise, e só não foi assinado o contrato, recentemente, porque havia um primeiro contrato de um montante muito elevado, daí a justificação de não ter assinado nesse dia nenhum contrato, julga ter dado nota dessa situação em reunião de Câmara e na Assembleia também.

Seguidamente informou relativamente à Escola José Régio, que foi apresentada uma candidatura no valor de 7 milhões de euros ao PRR, que se encontra em análise e que não recebeu qualquer *feedback* em relação à sua aprovação ou não aprovação. Deu ainda nota, entroncando a resposta também para o membro Raul Cordeiro, de que tem aprovados e executou os projetos técnicos para 108 fogos, e tem adjudicado um grande número de outros projetos que pertencem à segunda fase e à terceira fase, estando no momento alguns em fase de adjudicação e outros já em fase de execução, como está no relatório, portanto é um processo que está a andar. Dos 108 imóveis já foi lançado um concurso público para uma parte, concurso público, que ficou deserto infelizmente, e já foi deliberado novamente a abertura de concurso, na ordem dos 660 mil euros +IVA, e tem pronto a publicar um outro concurso público de 826 mil euros. Dos 108 imóveis trata-se da reabilitação de fogos devolutos nos concursos lançados, portanto trata-se da sua recuperação. Depois existe um grande número de imóveis que serão lançados concursos, assim que os projetos técnicos forem entregues. Podia estar mais adiantado, podia, mas também podia estar mais atrasado, é como tudo, é um processo complexo, todos os municípios estão a ter dificuldades, concursos desertos, em que não concorre

5

Ata n.º 20 – 28/06/2024

(escrita conforme o novo acordo ortográfico)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

br

ninguém, há falta de mão-de-obra, e essa problemática não atinge só o município de Portalegre. Portanto em matéria de Estratégia local de habitação tem uma verba PRR com contrato, que é considerável já garantida, e assinados mais de 9 milhões e candidaturas de mais de dois milhões de euros para os novos fogos, uns adquiridos, outros já na posse do município.

Relativamente ao Parque de Campismo está a ser terminado o projeto técnico, está-se a ultimar as especialidades do projeto do parque de Campismo.

Em relação à Quinta da Saúde a obra está de facto concluída e lançou-se concurso para a exploração do restaurante, e está-se a ultimar o investimento no Centro Interpretativo da Porta do Parque. Indicou que a obra está concluída e respondeu à interpelação de que dentro de pouco tempo precisaria de intervenção, afirmando que não, que precisaria de limpeza, não de uma qualquer intervenção, era preciso a obra estar muito mal feita para passado pouco tempo precisar de intervenção.

Quanto à paragem junto ao CAEP está em análise de propostas a aquisição do abrigo para esse efeito. Indicou que a questão dos Biorresíduos seria explicada pela senhora vereadora que tem o pelouro.

Referindo-se à limpeza da cidade, disse que é um trabalho que não acaba nunca, crê que a limpeza na cidade tem melhorado, não o diz, são as pessoas que o dizem, e vê-se que assim é, mas há sempre zonas onde não se consegue chegar, sítios mais remotos onde é possível que escape alguma coisa, não diz que a limpeza da cidade está em pleno, não é fácil, mas realiza-se um esforço tremendo, os colaboradores do município estão empenhados, os encarregados também, sabem que é um trabalho necessário, que é valorizado e que as pessoas exigem e tem direito a exigir, contudo não exemplificou quais os espaços sujos, era bom que os indicasse, porque há sempre logicamente numa cidade com certa dimensão espaços menos bem limpos. Fez um balanço positivo crê que existe uma melhoria em termos de limpeza na cidade.

Quanto às “festas da cidade”, se o realce é pequeno, isso contrasta com o facto de as festas terem corrido bem, milhares de pessoas foram todos os dias, considera satisfatório, considera que o cartaz musical foi do agrado das pessoas, se os munícipes gostaram, porque compareceram em grande número, como é que pode não estar satisfeita. Está-se a falar e é importante referir que se trata de entradas gratuitas, pelo que deve-se ter contenção no valor dos artistas, porque não há retorno económico direto do bilhete, não há bilheteira, todas as pessoas podem frequentar as festas, defende esse modelo, não concorda com festas fechadas em que as pessoas tenham de pagar, acha que nas festas da cidade toda a gente deve ter acesso e poderem desfrutar das mesmas todos os dias, e foi isso que aconteceu. Relativamente aos expositores houve uma forte presença de associações, às quais agradece muito estarem presentes nas “festas da cidade”, mais de 100 expositores. Quanto à pergunta do local, sim entende que o local é o mais adequado, que o local é o mais adequado dentro das hipóteses que o município detém, para quem acha que o jardim da avenida da liberdade era mais adequado, entende que não, porque não se conseguiria colocar tudo o que se colocou, é pequeno. Poder-se-ia colocar a zona de espetáculos, mas ficava-se com a zona das festas dividida, a zona de espetáculos no jardim da avenida da liberdade e a zona de gastronomia na Corredoura, o que não seria nada benéfico e a festa perdia. Também

6

Ata n.º 20 – 28/06/2024

(escrita conforme o novo acordo ortográfico)

Luís



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

se pode falar no campo da feira, mas recordou que no ano passado quando mudaram a “feira das cebolas” para o campo da feira gerou-se polémica, mas mais tarde isso foi compreendido e aceite pelas pessoas. A razão por que considera o campo da feira para a “feira das cebolas” e não considera para as “festas da cidade”, deve-se ao facto da “feira das cebolas” ter outras componentes, nomeadamente a exposição de agropecuária, que não pode ser instalada na cidade. Portanto dentro das hipóteses que existem o jardim da corredora e toda a sua envolvência é a área mais adequada para as “festas de cidade”, e o balanço é bastante positivo, as festas estiveram a abarrotar de gente, portanto correram bem.

Amândio Valente tomou a palavra para colocar uma questão e referindo-se à página 73 da informação da senhora presidente, nas participações no âmbito do PIDDAC, onde estão referidas as reparações da EM 517, 517-2, da Pedra Basta, Caminho do Prior, Caminho da Mata, ligação do Caminho Municipal 1027 à EN 246, por causa das inundações de dezembro de 2022, contudo quem mora na zona de Carvalho das Vinhas, Carvalho de Cima, Sítio S. Miguel das Vinhas, tem inundações todos os anos, e sendo um caminho municipal, que abrange três freguesias, esse caminho municipal que entretanto foi elevado a Rua do Carvalho das Vinhas, não aparece e perguntou à senhora presidente se não seria uma prioridade, a questão da drenagem dessa Rua, porque é um problema que se coloca todos os anos, todos os invernos, degradando a entrada das casas e das quintas, bem como a degradação do piso de alcatrão que foi colocado há pouco tempo.

Raul Cordeiro retomou a palavra e lembrou a questão dos Biorresíduos que não foi informada, e apontou os detalhes da sua intervenção anterior. Disse que se refere essencialmente aos espaços da zona industrial, onde se procede à limpeza dos matos, e no substrato disso fica uma quantidade de lixo que já lá estava, limpa-se o mato e bem, mas há uma quantidade de lixo que fica lá, por exemplo garrafas de plástico, e essa é uma questão de educação ambiental. É importante ter cuidado com esses espaços, porque se tornam cada vez mais espaços públicos, porque tem cada vez mais circulação, referiu a zona da Prio e subsequentes, onde param os camiões à noite, que precisam de um reforço de depósitos de lixo e de resíduos, quando se passa lá de manhã aparenta um pouco de mau aspeto. Depois em relação às questões da habitação perguntou se existe algum planeamento ou possibilidade de incluir loteamentos para habitação nomeadamente nas freguesias. Há várias freguesias com pretensões nesta matéria, com espaços que podem ser infraestruturados para habitação, um ilustre presidente de junta e um ilustre cidadão referenciaram-lhe um espaço à entrada de S. Tiago, um terreno camarário do lado esquerdo e que confina com a Tapada das Freiras, que seria uma zona excelente de expansão da área urbana.

Relativamente a pavimentações deixou nota da importância que tem para as várias freguesias, julga que a senhora presidente tem identificada a necessidade de pavimentação em todas as freguesias, especialmente quando se tem invernos rigorosos como o deste ano que desgastou os pisos, é necessária atenção a isso.

7

Ata n.º 20 – 28/06/2024

(escrita conforme o novo acordo ortográfico)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

pr

Quanto às festas recorda-se de ter perguntado anteriormente sobre o cartaz das festas da cidade, perguntou concretamente se eram os Lagóias que convidavam o Buba Espinho ou se era o Buba Espinho que convidava os Lagóias, e pediu que fosse esclarecido de uma vez por todas, porque o que corre é que foram os Lagóias que convidaram o Buba Espinho e não o contrário. Continuou dando três exemplos de cartazes de festas, de forças políticas diferentes, para não ser faccioso, o cartaz das festas de Nisa, um dia do cartaz de Nisa é mais atrativo que todo o cartaz das festas de Portalegre, um dia da Feira Franca de Avis é mais atrativo que todo o cartaz das festas de Portalegre, o último exemplo, para o qual a senhora presidente contribuiu muito nos mandatos autárquicos anteriores, um dia da Feira de atividades económicas de Arronches é mais atrativo do que todo o cartaz das festas de cidade de Portalegre. Exemplificou com o espaço das festas de Arronches, um espaço super organizado com tudo no sítio e não se vê o que acontece em Portalegre, um palco enviesado, sem espaço para as pessoas assistirem, recinto pequeno e mal dimensionado e o palco está mal posicionado. Já se tentou posicionar o palco de um lado, do outro, direito, enviesado, e o que está em causa é o espaço, não é um espaço digno para as festas da cidade de Portalegre. Se queremos ter umas festas da cidade, precisamos de ter as melhores festas da cidade, melhor organizadas. A senhora presidente diz que teve muitas pessoas nas festas da cidade, mas a forma como o espaço está organizado, quanto mais pessoas se tiver pior, pior é a confusão, é essa a análise que faz sobre isso. Deixou essas notas registadas.

A senhora presidente retomou a palavra e frisou que em relação às festas da cidade não se vai alongar porque se todos gostassem do amarelo... Portalegre não dispõe de um espaço como o espaço de Arronches, Portalegre tem o espaço que tem, ficou sem perceber na opinião do orador far-se-iam as festas aonde? Porque não diz, fez conversa mas não apresentou solução, qual era o espaço, perguntou se o campo da feira?

O senhor presidente de mesa pediu que intervissem um de cada vez e indicou a Raul Cordeiro que respondesse à questão para que a senhora presidente pudesse depois concluir a sua intervenção.

Raul Cordeiro anuiu que sim, que existem condições no Campo da Feira.

Raul Cordeiro indicou que é necessário criar condições no espaço do Parque da Feira para realizar lá as festas de cidade com dignidade, precisa-se de criar um Festódromo, crie-se lá em baixo um Festódromo, criar a pouco e pouco infraestruturas para poder ter um lugar digno para as festas da cidade de Portalegre. A Feira das Cebolas essa é que é na cidade, a tradição é precisamente ao contrário.

A senhora presidente de Câmara salientou que a Feira das Cebolas como o seu próprio nome indica tem uma componente agrícola e tem a ver com a agricultura, e salientou que não é fácil por exemplo trazer oitenta vacas para o centro da cidade, ou centenas de ovelhas, isso é entendível, portanto o local indicado para realizar a Feira das Cebolas

8

Ata n.º 20 – 28/06/2024

(escrita conforme o novo acordo ortográfico)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

é lá em baixo, acrescentou que não é necessário mostrarem espanto, porque vivemos numa zona que é rural, e mesmo quem não vive numa zona rural sabe o que significa vacas, não entendeu o espanto e o riso, considerou desnecessário.

Afirmou que as “festas da cidade” são realizadas no coração da cidade e isso beneficia a cidade, há toda uma economia que beneficia com o facto de as festas serem na cidade, demonstrando um equilíbrio, “festas da cidade” na cidade, “feira das cebolas” no campo da feira, é o pensamento do executivo, é normal que um executivo exerça funções a tomar decisões, e que depois seja avaliado pelas pessoas, e não fazem todos as coisas de forma igual. Demonstrou convicção na forma encontrada e disse que as festas da cidade vão continuar a ser dentro da cidade.

Quanto aos cartazes de outros municípios destacou que em outros municípios o investimento só num artista supera o investimento do cartaz das festas no seu todo, e que Portalegre tem festas de entrada gratuita, é o modelo que defende para a cidade de Portalegre, entende que hajam festas pagas, mas no seu entender devem ser gratuitas, exemplificou que festas com investimentos de cartazes de 500 mil euros não podem ser gratuitas, seriam a pagar e não defende festas a pagar em Portalegre. É preferível que as pessoas desfrutem todos os dias, os artistas que vieram não são diferentes dos que estejam em outros municípios, demonstrou orgulho e considerou que Portalegre deve ter orgulho naquilo que tem, reafirmou que quem paga os artistas é o município e que é fácil entender que quem decidiu os artistas foi o executivo, que é quem paga os artistas. Seguidamente passou a palavra à senhora vereadora para esclarecer melhor os assuntos da sua tutela.

No uso da palavra a senhora vereadora Laura Galão cumprimentou a todos os presentes e informou que no que toca à questão dos biorresíduos não há reclamações, acrescentou que se recolhem uma média de 60 toneladas de biorresíduos, está em preparação a aquisição de uma nova prestação de serviços, para uma nova campanha de sensibilização dos munícipes, para potenciar a utilização pelos consumidores domésticos que é a franja que tem uma utilização menor do serviço, e também para reforçar uma campanha porta a porta para o canal Horeca, que é o setor que pode aumentar o numero de tonelagem da recolha de biorresíduos. Está em fecho o processo da candidatura em curso, após o reforço da campanha de sensibilização, esse é o ponto de situação. Aguarda-se por novos financiamentos, segue-se a aposta nos sistemas de compensação para todos os resíduos, sendo esse o caminho, assim que haja candidaturas para financiar esses equipamentos adjacentes a esses processos, o que é de alguma forma dispendioso.

Relativamente à questão das “festas da cidade” repetiu o que dissera anteriormente, pessoalmente reuniu com os Lagóias e por ocasião do 10º aniversário dos Lagóias propôs que fosse convidado um artista de cariz nacional, tendo sugerido o Buba Espinho e o Luís Trigacheiro, pareceu-lhe que seriam os dois artistas em voga nesse tipo de música para complementar a atuação dos Lagóias, os Lagóias acolheram a ideia, até disseram que conheciam o Buba Espinho familiarmente, e salientou que quem contratou o Buba Espinho foi o município, existem faturas que podem ser mostradas, todos os artistas foram contratados pelo município. Demonstrou tristeza e afirmou que desde que

9

Ata n.º 20 – 28/06/2024

(escrita conforme o novo acordo ortográfico)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

chegaram ao executivo fizeram esforço para sempre terem no dia 23 de maio uma associação do concelho representada no palco principal das Festas da Cidade, aconteceu pelo terceiro ano e é lamentável que seja colocada em cima da mesa a questão de quem contratou quem, repetiu que quem pagou o artista convidado para atuar em colaboração e parceria com os Lagóias foi o município de Portalegre.

Para terminar frisou quanto ao cartaz que existiu um dia para cada tipo de público, que as pessoas gostaram, manifestaram-se agradadas com o programa, os gostos são o que são, e lembrou que quinze dias antes das "festas da cidade" ocorreu um festival de jazz bastante apreciado, com muitas presenças, com muito público no espaço onde se desenvolveu esse festival de jazz. Reforçou que vai ter início o projeto Cultura nas Freguesias, que este ano foram atribuídos 60 mil euros para desenvolvimento da cultura e julga que não faltará no concelho ofertas diversificadas para todos os gostos, e o município tem conseguido ter uma oferta cultural bastante digna no concelho e que não envergonha ninguém, nem a cidade.

A senhora presidente de Câmara completou a sua resposta às questões colocadas referindo-se às estradas degradadas cuja recuperação está aprovada no PIDDAC, e informou que a candidatura contemplava mais estradas, mas a CCDR na altura através dos seus técnicos entenderam serem aquelas as estradas que ficaram degradadas devido às intempéries, portanto não foi possível ver aprovadas mais intervenções. Sabe que há inúmeras estradas degradadas, ao longo dos últimos dois anos fizeram varias intervenções, nos últimos concursos públicos fizeram intervenções em todas as freguesias, embora haja mais para fazer tem consciência disso. Possuem o levantamento de todas as estradas a necessitar de intervenção e ruas, é um trabalho que nunca está feito, por exemplo a estrada que vai ser agora intervencionada a 517-2, a última vez que foi intervencionada foi há 35 anos. Tem sido feito esse esforço e considerado prioritário.

Sara Sardinha no uso da palavra cumprimentou o senhor presidente e mesa, a senhora presidente e restantes membros do executivo, membros da assembleia, técnicos do município, público presente e em casa, e disse que não pensara intervir naquele ponto mas quis afirmar: "sim, é verdade, o nosso programa eleitoral está a ser cumprido, e é isso que nos faz estar aqui" seguidamente destacou que as "festas da cidade" como o próprio nome indica são festas – da – cidade - e não 'Festival de Portalegre'. O cartaz é importante é, traz pessoas, trouxe público às "festas da cidade" de Portalegre, senão os dias não estavam cheios como estiveram, mas não é a única atratividade das "festas da cidade", não é um 'festival', frisou que são festas da cidade, naquela zona onde está dentro da cidade é a única zona que faz sentido. Falou-se de Arronches, falou-se de Avis, falou-se de Nisa, o ano passado estive em Arronches e não lhe pareceu que o cartaz tivesse levado muita gente a Arronches, não considerou que tivesse sido o suprasumo dos festivais para se falar de Arronches no que toca ao ano passado. Nisa paga-se, há um dia gratuito este ano, o ano passado não houve nenhum, deixou essas observações.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Raul Cordeiro retornou ao debate e indicou que não gosta de ser mal interpretado, quando se olha para o cartaz das festas da cidade e vê-se um *lettering* maior do Buba Espinho e um *lettering* mais pequeno dos Lagóias, extrai-se que o Buba Espinho é o artista principal e os Lagóias são os artistas secundários, não interessa quem pagou a quem, não questionou isso, a questão é como é que são publicitados os eventos, essa é a questão fundamental, quem eram os artistas principais, foram os Lagóias que convidaram o Buba Espinho e não o contrário, se quiserem interpretar de outra maneira interpretem. Esteve em todos os dias das “festas da cidade” e fala com a propriedade de quem esteve todos os dias e participou no evento. Acrescentou que o comentário feito pela senhora presidente fez quando mencionou outros cartazes: “então vá para lá”, considerou que não lhe fica bem, irá às festas que considera que deve ir, irá a Nisa, a Avis e a Arronches com gosto, mas confessou que o desabafo da senhora presidente não faz sentido. Indicou também que não se riu da aplicação do termo agrícola, estudou agropecuária e estudou engenharia zootécnica, não zombou de feiras de agricultura nem afins, apenas apresentou uma sugestão, e sobre eventos sérios, deve-se ter cuidado com essas coisas porque já se teve em Portalegre “feira das cebolas” que nem sequer tinha cebolas à venda, e sem vacas porque era no centro da cidade. Mas também já houve feiras agrícolas com dimensão relevante e que não eram “feira das cebolas”, portanto é necessário olhar para essas coisas com cuidado, as observações deixadas não expressam críticas a tudo e a todos, mas deixam sugestões, que não seja mal interpretado.

A senhora presidente de Câmara retorquiu que os autarcas do distrito falam muito uns com os outros e é pensamento unânime não copiarem os modelos uns dos outros, se há o modelo do Festival do Crato não é copiado, cada concelho tem as suas festas com as suas características, não é o seu estilo copiar o que os outros fazem, elogiou o modelo do município de Arronches, porque foi quem o criou e revê-se nele, e frisou que o município de Arroches tem uma capacidade financeira invejável, portanto pode fazer eventos relevantes, mas em termos de programação é semelhante à que houve em Portalegre, mas é uma questão de gostos, nem todos gostam do mesmo, a senhora vereadora afirmou e bem que tem sido feito um investimento muito grande na cultura, incluindo nas freguesias, e cada um gosta do que gosta, e o importante é que haja diversidade para que todos se possam identificar com um ou outro espetáculo, não se gosta do mesmo e isso é fácil de entender, e rematou dizendo que não se deve invejar ou copiar as festas dos outros, isso seria triste, deve-se ter a capacidade de construir as festas de acordo com o que a população local gosta, e tem respondido aos gostos dos portalegrenses.

Ricardo Romão no uso da palavra cumprimentou a todos, a mesa, a senhora presidente e vereadores, os técnicos do município, o público em geral e os colegas de Assembleia Municipal, seguidamente saudou toda a paixão em torno das “festas da cidade” e é um sinal de que as pessoas se interessam. Disse que não se deve comparar concelhos, a senhora presidente disse e muito bem que houve concelhos que tiveram opções há muitos anos de arrancar com Festivais, o Crato é exemplo, e outros, a questão é que

11

Ata n.º 20 – 28/06/2024

(escrita conforme o novo acordo ortográfico)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Portalegre ficou parado nesse aspeto, há muitos anos, e o que Raul Cordeiro mencionou de terem existido feiras agrícolas grandes em Portalegre, se calhar foi há trinta anos atrás, e esse modelo em Portalegre estagnou, atrasaram-se nesse aspeto, crê que existe uma intenção unânime de se tentar que Portalegre, por ser capital de distrito, que compara mal com concelhos vizinhos, que nem tem metade da população de Portalegre, dever-se-ia pensar em como colocar no calendário umas festas/uma feira agrícola que de facto seja digna de uma capital de distrito.

Em relação ao relatório pediu alguns esclarecimentos, quanto à Escola Cristóvão Falcão que apresenta uma taxa de execução de 77%, se a senhora presidente garante que esteja em condições de reabrir no próximo ano letivo, isso preocupa os portalegrenses e é uma questão importante. Solicitou esclarecimento sobre a obra do mercado municipal sobre qual é o valor elegível, à semelhança da obra dos antigos paços do concelho, em que só parte foi elegível, e perdeu-se uma verba de financiamento de 200 mil euros (que se calhar dava para contratar mais um artista) e perguntou no caso da obra do mercado qual é o valor elegível.

A senhora presidente de Câmara informou que a obra da Escola Cristóvão Falcão está parada devido a um litígio entre o consórcio. O consórcio é constituído por duas empresas que se incompatibilizaram e há uma incapacidade para executar a obra neste momento, está em curso uma providência cautelar por parte de um dos empreiteiros para tomar conta da obra, cuja decisão está prevista para dia 18, portanto neste momento ao dia atual não pode garantir se a obra irá terminar até setembro. Contudo a obra está adiantada, trata-se essencialmente de pequenas intervenções e acima de tudo de muito equipamento. Tiveram um aviso aberto, para o financiamento da segunda parte no quadro comunitário que iniciou agora, para se ter financiamento comunitário para a totalidade da obra, irá ser apresentada a candidatura para a segunda parte que não foi financiada no anterior quadro comunitário. Não arrisca dizer que a escola reabrirá, mas tudo fará para que isso aconteça.

Relativamente à obra do mercado municipal, em termos de execução a obra está concluída, foram aceites uma coisa mínima de trabalhos a menos, em relação à execução de fundos comunitários, de momento não tem essa informação, dirá depois, obviamente que será responsabilizado o empreiteiro pelo incumprimento de não ter sido concluída a obra dentro do ano, e está em curso um processo de aplicação de coimas não só para o atraso da obra, mas será apresentada uma ação em tribunal para a câmara ser ressarcida pelo valor prejudicado, e que é responsabilidade do empreiteiro e do seu atraso.

Adriano Bailadeira retomou a palavra e fez uma observação – é difícil ter-se conhecimento das coisas que não são dadas a conhecer, e que a distração não é sua, porque em nenhuma assembleia municipal foi comunicado a assinatura de janeiro, e na página do município não existe nenhuma menção, um facto de tanta relevância era simpático ter sido comunicado e pelos vistos não foi, portanto é normal que as pessoas se preocupem quando os dados não são conhecidos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Não houve mais intervenções o senhor presidente de mesa passou ao ponto seguinte.

- 2. Atas n.ºs 18 e 19 referentes às reuniões realizadas em 25 e 30 de abril de 2024, respetivamente;**

Não houve intervenções e o senhor presidente de mesa passou ao ponto seguinte.

- 3. Doação do lote 445 da Zona Industrial à associação Portalegre Associada Contra a Insuficiência Alimentar (PACIA), aprovado em reunião ordinária da CMP de 06.05.2024;**

No uso da palavra Raul Cordeiro perguntou se a questão estava relacionada com a mudança de local de um lote que estava previamente atribuído junto ao Aldi, e que passa para a zona industrial.

A senhora presidente de Câmara anuiu.

Raul Cordeiro registou agrado com a mudança, já que aquando o lote proposto fora junto ao Aldi, fora feita uma observação nesse sentido, para que fosse atribuído outro local, já que junto ao Aldi não era adequado um armazém, por ser um local com uma dignidade para outro tipo de construção, e registou com agrado que tenha sido alterada essa possibilidade para a zona industrial.

Amândio Valente no uso da palavra e no seguimento da intervenção de Raul Cordeiro também quis frisar essa questão, que quando o lote para o banco alimentar foi anteriormente proposto junto ao Aldi tinha pedido a ponderação de uma solução melhor e que se veio a concretizar.

O senhor presidente de mesa agradeceu as intervenções e passou aos pontos seguintes, que eram abordados conjuntamente.

- 4. Relatório semestral - 2.º semestre de 2023, enviado pela freguesia de Alegrete, relativo ao Auto de Transferência de Competências, presente em reunião ordinária da CMP de 20.05.2024;**
- 5. Relatório semestral - 2.º semestre de 2023, enviado pela freguesia de Alegrete, relativo ao Contrato Interadministrativo em vigor, presente em reunião ordinária da CMP de 20.05.2024;**

Não houve intervenções e o senhor presidente de mesa passou ao ponto seguinte.

- 6. 10ª Alteração ao Plano de Pormenor da Avenida do Brasil em Portalegre, aprovada em reunião ordinária da CMP de 03.06.2024;**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Não houve intervenções e o senhor presidente de mesa passou aos pontos seguintes, que eram abordados conjuntamente, visto serem ambos relativos aos SMAT, conforme acordado em conferência de representantes.

7. **Primeira Alteração Modificativa Orçamental de 2024, dos Serviços Municipalizados Águas e Transportes, aprovada em reunião ordinária da CMP de 17.06.2024;**
8. **Primeira Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos de 2024, dos Serviços Municipalizados Águas e Transportes, aprovada em reunião ordinária da CMP de 17.06.2024;**

Raul Cordeiro perguntou se não havia nenhuma apresentação dos pontos.

O senhor presidente de mesa indicou que não tem sido esse o trâmite usual, e que em conferência de representantes ninguém solicitou essa apresentação prévia dos pontos, mas perguntou ao executivo se podia realizar essa apresentação.

No uso da palavra a senhora vereadora Laura Galão e referindo-se à 1ª alteração modificativa do Orçamento e do Plano Plurianual de investimentos dos Serviços Municipalizados de Portalegre, disse que trata-se de uma alteração que tem como objetivo a integração orçamental do saldo existente ao final do ano de 2023 de um milhão e 54 mil euros. Portanto há uma modificação total no orçamento, inicialmente aprovado para o ano de 2024 de seis milhões quinhentos e quarenta e nove mil euros, que passa para sete milhões seiscentos e setenta mil euros, números redondos, as alterações quer na receita quer na despesa estão patentes nos documentos, e no Plano Plurianual de Investimento há um acréscimo de investimento da ordem dos 155 mil euros nas rubricas Software, renovação de atualização de equipamentos para serviços regulares (5500 euros), há um reforço na rubrica de substituição de condutas na rua do Barreiro e Ribeiro da Mata na Alagoa, há a inclusão de uma obra na Rua da Eirinha e Vale Luís nos Fortios, tem-se verificado um aumento acentuado de ruturas e portanto traduz-se num investimento de 115 mil euros, um reforço da obra da Rua do Barreiro das Varandas na Alagoa, e a inclusão de duas situações de saneamento que não estavam contempladas mas são urgentes, são questões de saúde pública, de drenagem para linhas de água, Rua da Fonte nos Fortios (20 mil euros) e uma intervenção na Rua da Bela Vista na Urra (10 mil euros) que não era servida de saneamento num troço, e são as intervenções contempladas na alteração modificativa que está em debate.

Raul Cordeiro agradeceu a explicação detalhada, e colocou uma questão geral que se relaciona com a transição do saldo de 1 milhão e 54 mil euros, perguntou se isso se traduz na não execução de 1 milhão e 54 mil euros em 2023, sé é assim, se houve um milhão e 54 mil euros de investimento que não ocorreu em 2023.

Amândio Valente no uso da palavra agradeceu a exposição da senhora vereadora e perguntou sobre a rubrica 2.2.20 que tem a ver com outros trabalhos especializados, e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

referiu-se a um problema que se arrasta de águas residuais e pluviais, ou seja, o que é bom para a agricultura é mau para os SMAT, perguntou até que ponto é que não é urgente separar as águas pluviais das residuais, porque senão cada vez que chove muito é preciso uma alteração orçamental.

A senhora vereadora Laura Galão informou que relativamente ao saldo que transita, este valor não tem necessariamente a ver com obras que não foram feitas, aliás tiveram uma taxa de execução muito elevada no ano passado e isso está patente no relatório de contas que foi apresentado à Assembleia, mas tem a ver com o valor da cobrança que foi superior do que média dos 24 meses anteriores que serviu de base ao cálculo, portanto houve uma cobrança a mais relativamente ao que era a previsão, e não necessariamente investimento que não foi feito, julga que a taxa de investimento do ano passado foi muito elevada na ordem dos 90%, portanto não se traduz exatamente em falta de investimento ou não execução do investimento.

Quanto à questão das redes separativas, sim são urgentes, tem ideia que para resolver essa situação seria necessário cerca de 30 a 40 milhões de euros. Todas as novas zonas que vão sendo intervencionadas e construções novas já dispõem da rede separativa, mas existe uma zona histórica complexa, antiga com caleiras antigas e onde não existe separação, há infiltrações da Serra de S. Mamede que é uma zona muito rica em águas de nascente, e o problema é complexo. Estão atentos e crê que no novo quadro comunitário haja financiamento, verá como é que se pode concorrer, ainda recentemente perguntaram à CCDR quando é que os avisos vão ficar abertos e para perceber quando é que os Serviços Municipalizados podem dar início a essa intervenção que é urgente, de facto os trabalhos especializados são para a cobertura de gastos com o saneamento, é uma situação que tem de ser revertida sabendo de antemão que são intervenções longas e de custo muito elevado.

Jaime Fitas no uso da palavra cumprimentou a todos no geral e quis registar com muito agrado a inclusão da obra da Rua da Bela Vista, visto que a junta de freguesia há muito que vinha a batalhar por essa situação, devido à sua gravidade e as dificuldades que era preciso resolver nesse local.

O senhor presidente de mesa agradeceu as intervenções e passou ao ponto seguinte.

9. Relatório de Consolidação de Contas 2023 do Município de Portalegre, aprovado em reunião ordinária da CMP de 17.06.2024;

Amândio Valente no uso da palavra e relativamente ao extenso documento destacou a página 3 onde consta a Fundação Robinson no perímetro da Câmara, e disse que não falava da Fundação Robinson, não vale a pena quando se arrasta um cadáver e arrasta-se há muito tempo, referiu que o valor do capital social estatutário é dois milhões cento e oitenta e dois mil quatrocentos e noventa e cinco euros, e a percentagem de participação da Câmara é 57,59%, seguidamente indicou o parágrafo que diz "Quanto à Fundação Robinson o enquadramento acerca do controlo da mesma é dado pela lei RFA que determina que são também controladas as entidades de outra natureza... e em função de circunstâncias concretas com base em determinadas condições de poder



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

como sejam a detenção da maioria de capital ou dos direitos de voto, homologação dos estatutos ou regulamento interno, e a faculdade de designar, homologar a designação ou destituir a maioria dos membros dos órgãos de gestão, deverá ser adotado o método de consolidação integral de acordo com a orientação, o qual estabelece este método para os casos que a entidade consolidante detém uma participação superior a 50% do direitos de votos dos titulares do capital da entidade controlada”, e o parecer do revisor oficial de contas apresenta uma reserva por falta de conhecimento do perímetro completo do município. É uma situação que se arrasta, até quando não se sabe, e existe na Fundação um património importantíssimo, que se está a degradar e que ano após ano emperra a consolidação das contas do município com a Fundação Robinson. Perguntou até quando é que se vai continuar a apresentar consolidação de contas onde o ausente está sempre presente e depois nunca se consolidam.

Sara Sardinha no uso da palavra comentou que o relatório era de facto muito extenso e salientou alguns aspetos que são importantes como por exemplo apesar de ter havido uma atualização das tarifas da água, esta foi feita a um nível muito inferior ao da inflação, o que mostra a preocupação para com as dificuldades que as famílias atravessam; recuperou-se o número de passageiros nos transportes públicos que tinham diminuído bastante devido à Covid 19, a dívida do município teve uma diminuição de 10,85% e ainda assim o investimento aumentou, e por último e muito importante é a primeira vez que o ROC assume que não pode ser imputada ao município ‘a não existência de demonstrações financeiras da Fundação Robinson’, e mais: ‘O município é alheio a esta situação’, citou.

Raul Cordeiro no uso da palavra pediu licença para discordar de Amândio Valente, e disse que a pior coisa que se pode fazer à Fundação é deixar de falar dela, não vale a pena falar de uma coisa morta, não e não, tem é que se continuar a falar dela, continua a esta presente nos olhos de todos, cada vez que se passa lá e se olha para as Torres, cada vez que se visita a Escola de Hotelaria e vê-se que as coisas estão a cair aos bocados, se um dia uma daquelas Torres cair vão todos ficar com um problema de consciência grande, não gostaria e ser presidente de Câmara quando isso ocorrer, e a pior coisa que se pode fazer é deixar de falar nisso. Quando se refere que pela primeira vez o parecer das contas consolidadas indica motivos alheios ao município, não se pode frisar que é por motivos alheios ao município e no mesmo relatório dizer que o município detém a maior parte do valor da Fundação Robinson, e exemplificou: ‘é-se dono da maioria de uma coisa e é-se alheio a essa coisa, quer dizer tem-se 57% de uma coisa, está tudo a correr mal e não se sabe o que lá se passa porque se é alheio a isso’. Permitam-lhe que destaque que o município não é alheio, não pode considerar-se alheio à Fundação Robinson. O parecer diz que ‘por motivos alheios ao município’, já tendo debatido muitas vezes as questões da Fundação Robinson, todos reconheceram que é um problema que tem de ser resolvido, não se pode andar a encontrar vírgulas e parágrafos para desculpar as opiniões políticas que se tenham, porque ninguém consegue neste momento medir qual é o impacto financeiro que teria nas contas consolidadas a incorporação da Fundação Robinson, há uma coisa que não se sabe



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

qual é o impacto e diz-se que se é alheio a isso, embora se seja dono da maioria do capital mas não se tem nada a ver com isso. Permitam-lhe que saliente que ou de uma vez por todas a questão preocupa a todos, ou então faz-se de conta que está morto e continua-se a vida como se nada acontecesse e um dia vai cair em cima de alguém. Vai um dia cair em cima de algum executivo, vai haver um dia um executivo que vai ter de assumir o risco dos passivos e dos ativos da Fundação Robinson, por muito que se chute para canto isso vai acontecer mais tarde ou mais cedo. Pode-se pensar quem vier a seguir que resolva o problema, bem sabe que a senhora presidente já disse que gostava de resolver o problema, e nesse caso deve-se apontar soluções para o problema, e qual é a solução, a senhora presidente acha que a administração da Fundação Robinson está em funções, e perguntou na interpretação da senhora presidente quando termina o mandato dos atuais órgãos da fundação. Segunda questão se pretende ato imediato nomear um conselho de administração para a Fundação Robinson, e quando se fala em nomear um conselho de administração não se é alheio, se fosse alheio não havia a preocupação de nomear um conselho de administração. E se a senhora presidente espera voltar a ter no próximo ano um parecer de consolidação de contas que contenha essa reserva, e espera que a resposta seja negativa, porque se indicar que não existe preocupação com o assunto, é muito mau sinal. O ponto 1 da base para a opinião com reservas devia preocupar a todos, e chamou a atenção que o assumido no órgão, com a natureza que tem, é de responsabilidade solidária, quem votar a favor do relatório de consolidação de contas é responsável pelo que lá está, pode-se rir mas se não houvesse responsabilidade nenhuma ninguém estaria a fazer nada no órgão assembleia municipal.

Sara Sardinha retomou a palavra e como também não gosta de ser mal interpretada como o membro Raul Cordeiro, frisou que não dissera que o município era alheio à Fundação Robinson, longe de ter dito isso, muito longe, o assunto preocupa a todos como o membro Raul Cordeiro disse e bem, o assunto preocupa mesmo a todos. Foi trazido à Assembleia Municipal a criação de um grupo para tentar resolver a situação da Fundação Robinson e não foi aceite. Acrescentou que os órgãos sociais da Fundação estão até agosto e que a senhora presidente detalharia melhor o assunto.

Amândio Valente retomou a palavra para realizar uma clarificação, relativamente à intervenção de Raul Cordeiro, quando fala em «arrastar o cadáver» refere-se a que a questão da Fundação tem-se arrastado, perdendo de vista o património e a memória, acrescentou que de acordo com a divisão dos 57%, se as chaminés da Robinson caírem não é à Fundação que se pedirão responsabilidades, será à dona do espaço e a dona do espaço é a Câmara Municipal de Portalegre, em final de linha se houver responsabilidades sobre o património já classificado, será a Câmara Municipal que porventura terá de responder por isso, na sua interpretação. Se as chaminés caírem, em última análise a dona das chaminés é a Câmara Municipal de Portalegre.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

A senhora presidente de Câmara em resposta às questões colocadas concordou com a intervenção de Amândio Valente praticamente na íntegra, porque há obviamente responsabilidades da Câmara, embora a própria não se sinta responsável porque o património da Robinson se está a degradar, mas não desde o tempo em que chegou a presidente de Câmara, toda a gente conhece a história e os portalegrenses conhecem a história. Continuando a responder às questões colocadas disse que não mudava uma vírgula na interpretação que fez desde o primeiro dia em que estudou os estatutos, voltou a dizer o mesmo, não faz parte do Conselho de Administração da Fundação, entende que o mesmo está em funções ainda, e de acordo com a ata da reunião de Câmara de 14 de agosto de 2019: " Passou-se à votação por voto secreto tendo sido distribuídos três boletins de voto, não tendo participado na votação os senhores vereadores: José Correia da Luz, Armando Varela, Luís Pargana e Artur Correia, deliberaram os restantes membros da Câmara, designar como presidente do conselho diretivo da Fundação Robinson João Nuno Cardoso, designar como vogais do Conselho diretivo da Fundação Robinson Eng.º Luís Batista e Domingos Cordeiro". Portanto o mandato termina a 14 de agosto, e sim pretende nomear novo conselho de administração, apresentando proposta à reunião de Câmara antes do *términus*.

Acrescentou numa nota breve que por vezes tem sido ridicularizada a sua interpretação dos estatutos e quando afirma que o conselho de administração esta ainda em funções, e informou que o agente de execução da dívida da Fundação Robinson 'citou' a sua pessoa, apresentou defesa, e o senhor meritíssimo juiz decidiu a seu favor. Seguidamente leu "a citação da executada foi feita através da excelentíssima senhora presidente da câmara de Portalegre, a executada obriga-se pela assinatura do presidente do conselho diretivo, cargo não ocupado pela senhora engenheira Fermelinda Carvalho, ao abrigo do disposto no artigo tal e tal... declara-se a nulidade da citação em causa bem como do restante processado ordenando-se a repetição do aludido ato processual que deverá observar o disposto no artigo 246º do CPC."

Portanto é entendimento do tribunal que foi mal citada enquanto responsável pela Fundação, e isso prova a interpretação que tem tido desde o primeiro dia. Mas talvez o senhor juiz não tenha razão e haja alguns mais entendidos nessas matérias.

Relativamente à consolidação de contas, o ROC é claro e diz que: 'não existem demonstrações financeiras disponíveis por motivos alheios ao município', o que não quer dizer que o município seja alheio à questão da Fundação, são coisas completamente distintas, 'portanto não foi incluída no grupo e não é possível concluir quanto ao seu efeito', já foi dito e concorda que não se sabe com detalhe qual vai ser o efeito dessa dívida da Fundação nas contas da Câmara, mas sabe-se perfeitamente que não será positivo para a Câmara Municipal, por norma as dívidas nunca são questões positivas, mas deu nota que pretende resolver o assunto em próximas reuniões de Câmara, se for esse o entendimento de todos, não conseguirá resolver o assunto sozinha, precisar-se-á de algum consenso e julga que esse consenso existe, julga que essa matéria tem de fazer o seu caminho, já que se arrasta há tantos e tantos anos, importa agora tratar bem do assunto.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

O senhor presidente de mesa lembrou que já ocorreu uma Assembleia Extraordinária de esclarecimento, e tentativa de resolução do problema da Fundação Robinson. Seguidamente perguntou à senhora presidente de Câmara se permitia que o vereador do executivo Luís Testa interviesse ao que a senhora presidente anuiu.

No uso da palavra o senhor vereador do executivo Luís Testa agradeceu e cumprimentou o senhor presidente da assembleia municipal, os membros da Assembleia e senhores vereadores e especialmente a senhora presidente de câmara. Seguidamente indicou que não é hábito os vereadores que não tem pelouros usarem da palavra nas assembleias municipais, o próprio tem fugido um pouco à regra e considera que sempre que pode contribuir para a discussão dos pontos deve intervir e procura fazê-lo da melhor forma possível. A senhora presidente de Câmara tem razão quanto ao erro da citação de sua Exa. relativamente a essa questão, considera que o juiz de direito que apreciou o caso apreciou bem, o que não significa que não haja juizes que não apreciem bem certas questões, por isso é que existem instâncias para se poder recorrer das decisões dos juizes, mas no caso em concreto o juiz que apreciou o mérito da questão apreciou bem. Todos podem apreciar de forma relapsa a forma como a senhora presidente de Câmara foi citada neste processo, por uma razão simples porque o agente de execução se tivesse lido os estatutos da própria fundação teria percebido, sem muitos estudos que a senhora presidente de câmara por incompatibilidade estatutária não poderia responder pela direção da própria fundação, portanto essa questão é pacífica. Mas outra questão que considera essa sim controversa, quanto à duração e abrangência do mandato e a forma como as pessoas circulam nos mandatos, os completam ou não, isso tem de ser objeto de apreciação do desempenho de cada um e quanto aos atos que cada um pratica no decurso do próprio mandato.

Outra coisa diferente é o facto de se estender essa apreciação, admitindo como verdadeira a apreciação que a senhora presidente faz, a todos os elementos dos órgãos sociais da Fundação Robinson, e em defesa própria falou ser o seu entendimento que tendo ocupado uma posição nos órgãos sociais da Fundação Robinson, e tendo sido ocupada por inerência, extinguindo-se o cargo que originava essa inerência, extingue-se obviamente a participação nesses órgãos, é uma questão matemática, o direito às vezes tem coisas que necessitam de interpretação mas tem outras que são matemáticas, portanto rechaçou de forma veemente e completa um parecer que circulou e que não sabe se por apenas incompetência ou no cúmulo, por alguma capciosidade ou má-fé, tentou estender os mandatos aos que também ocupavam cargos por inerência. Não encontrou outra justificação para que isso tenha acontecido e voltou a manifestar perante a Assembleia Municipal que se desvinculou dessa inerência no dia em que cessou funções como presidente da assembleia municipal, o que considera que toda a gente entenderá facilmente, obviamente estando disponível para ajudar a Fundação Robinson e especialmente o município de Portalegre a tentar encontrar uma saída, para aquilo que é absolutamente necessário e que é a salvaguarda do património, que aquelas instalações significam para a cidade e para o concelho e diria para o país, porque o património que ali existe é muito superior a qualquer responsabilidade



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

financeira que venha a ser acometida ao município de Portalegre. E portanto estará disponível como sempre esteve nos órgãos, fora deles, para ajudar a que o município de Portalegre possa encontrar a melhor saída para salvaguardar-se aquele património de imensa valia, histórica e memória coletiva, mas sobretudo patrimonial, que está no concelho de Portalegre. Terminou agradecendo à senhora presidente de câmara pela oportunidade.

A senhora presidente de câmara não manifestou opinião quanto ao conselho de curadores, e relativamente ao parecer referido, indicou que não detém nenhuma procuração para defender o advogado da Câmara, mas reforçou que não é nem incompetente nem agiu de má-fé, e acrescentou que tem ouvido falar de inúmeros pareceres, mas nunca teve o gosto de os ver, todos tem pareceres mas nunca lhe foram mostrados e gostava de poder comparar com o parecer que tem.

Raul Cordeiro retomou a palavra e disse que não vale a pena estar sempre a bater na mesma tecla, já registaram as suas preocupações, e colocou uma questão concreta: é referido que não existem demonstrações financeiras disponíveis por motivos alheios ao município, pelo que perguntou se o município requereu aos órgãos sociais da Fundação, de forma formal, os documentos que permitissem incorporar as contas consolidadas das Câmaras, se o pediu, se pode demonstrar que esse pedido foi feito e que não foi respondido.

Ricardo Romão no uso da palavra evidenciou que a discussão é a mesma de sempre, e já agora também tinha essa nota de referir-se à frase de não existirem demonstrações por motivos alheios ao município, não concordava com a frase, não enaltece o facto de pela primeira vez estar isso escrito, mas pediu um esclarecimento que seja transmitido ao ROC porque é que afirma isso, e a questão levantada por Raul Cordeiro pode ser a forma objetiva de perceber isso. Depois 57% da Fundação é da Câmara, o que responsabiliza a Câmara, e soma-se a questão política, ou seja, a questão política de saber perante os estatutos da fundação de quem é a responsabilidade de nomeação dos órgãos, nomeadamente do próprio conselho de curadores, isso já foi discutido varias vezes e tem uma interpretação diferente da interpretação da senhora presidente.

Passada essa fase, passados estes anos de mandato, neste momento, percebe-se que a opção da senhora presidente não foi resolver o problema, foi manter a intenção agarrando-se ao subterfúgio de dizer que os órgãos continuam em funções, já perguntou anteriormente mas repetiu a pergunta que lhe parece lógica, se os órgãos estão em funções, mas os próprios pediram a resignação, julga que não estarão em funções, portanto qualquer membro tem o direito de pedir resignação, até um membro da assembleia municipal tem o direito a pedir resignação, e deu o exemplo do vereador Casanova, que parece que não está em funções, embora tenha iniciado o mandato, parece que não está em funções, e tem o direito que é legítimo e que foi aceite de não continuar como vereador e de ser substituído. A mesma coisa acontece aos órgãos da fundação, os órgãos da fundação não estão em funções porque resignaram aos cargos, e depois há a questão das pessoas que participam nos órgãos da fundação por



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

inerência, como é o caso do presidente da Assembleia Municipal, como é o caso da presidente da Câmara Municipal, portanto continuam a considerar que a opinião da senhora presidente não é válida, continuam a considerar que mais tarde ou mais cedo alguém terá que assumir a responsabilidade, até por omissão, o arrastar da situação e o empurrar do problema com a barriga, pediu desculpa pela expressão, mais tarde ou mais cedo vai ter consequências por omissão, por omissão de não pegar num assunto, um assunto que é responsabilidade da Câmara Municipal, disse que se estava a repetir e que estava convicto da mesma opinião.

O senhor presidente de mesa, visto ter sido citado, disse relativamente ao ponto em discussão que por inerência faz parte do conselho de curadores, mas só poderá estar presente numa reunião quando for convocado para tal, e nunca foi convocado para nenhuma reunião, nem tem autonomia para convocar essa reunião, na parte que lhe toca, seguidamente deu a palavra à senhora presidente de Câmara para responder às considerações colocadas pelos membros da assembleia, embora muitas sejam repetição do que se passou na Assembleia Extraordinária para o efeito, e não diferem do que já anteriormente foi debatido por diversas vezes.

A senhora presidente de Câmara quanto à frase do ROC informou que é da responsabilidade do ROC, e que a Câmara não tem intervenção naquilo que é escrito como é lógico, entendeu o ROC que a Câmara é alheia, não consegue apresentar as contas consolidadas, incluindo a fundação embora detenha mais de 55%, e disse que falavam de entidades diferentes, a Câmara é a Câmara e a Fundação é a Fundação, se fosse 100% era outra questão, fala-se de entidades distintas e a Fundação tem os seus órgãos que a dirigem, portanto não se façam confusões a esse nível, se a Câmara tivesse esse poder era um não problema já há muitos anos. Depois se pediu as contas ao conselho de administração, as contas são públicas, todos sabem que não há contas apresentadas 2020 não houve contas apresentadas, 2021 não houve contas apresentadas, 2022 não existiram e 2023 também não, portanto não solicita algo que sabe que não existe, tal como sabe porque é dito de viva voz que o presidente do conselho de administração diz que não o é. E entende que o mesmo tem mandato ainda a decorrer, porque se demitiu de forma ilegal, não havia quórum, tinha que se demitir ao órgão, aliás apercebeu-se disso, primeiro demitiu-se à presidente da Câmara, apercebeu-se do erro, lançou uma convocatória e reuniu o órgão, mas nessa reunião estava apenas a pessoa que se demitia e uma outra pessoa, portanto não houve quórum, essa demissão não aconteceu, não teve efetividade e a partir daí nunca mais reuniu, e não há uma ata que se possa apresentar onde se prove que houve de facto uma demissão efetiva e que outra pessoa subiu, e todos sabem que para existir um novo conselho de administração tem de existir numa reunião de câmara a constituição de um novo órgão, onde é que isso ocorreu, não existiu, portanto é fácil de perceber que quem lá estava antes se demitiu de forma irregular, logo continua lá, é a sua opinião, é a opinião do advogado da Câmara, existe mandato até agosto e irão constituir-se novos órgãos até lá. Estão a ser coerentes, quando é perguntado porque é que não se resolve, porque é que se empata, não se empata coisa nenhuma, quem está nos órgãos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

sociais abandonou e deixou de exercer as suas funções para as quais foram mandatados, referindo-se ao conselho diretivo concretamente.

Raul Cordeiro voltou ao debate e colocou a questão exemplificando com os Serviços Municipalizados, nas contas consolidadas estão incorporados os Serviços Municipalizados de Águas e Transportes, os SMAT enviam ao Município as suas contas, se por acaso não aparecessem, se o conselho de administração dos SMAT não remetesse à Câmara as contas, provavelmente o Município solicitaria aos SMAT o envio das contas para a consolidação do perímetro orçamental da câmara, pelo que perante a não existência de contas da Fundação Robinson o município teria feito um pedido formal ao conselho de administração da Fundação Robinson para enviar as contas, perguntou se isso foi feito.

A senhora presidente de Câmara reafirmou que já respondera a questão, não precisa de o fazer porque as contas são públicas, e elas não existem, tem de ser publicadas perante a lei, e não é comparável com os SMAT, porque os SMAT são dirigidos pela vereação da Câmara Municipal, e se isso acontecesse retirava a confiança a esse vereador como é lógico.

O senhor presidente de mesa perguntou à senhora presidente de Câmara se permitia que o vereador do executivo Luís Testa interviesse novamente ao que a senhora presidente anuiu.

No uso da palavra o senhor vereador do executivo Luís Testa referiu que é dito em vários documentos, inclusivamente no parecer do ROC que o Município detém uma percentagem do capital, considera ser uma extrapolação inovadora, porque uma Fundação não é uma sociedade comercial de quotas ou anónima por ações, não existem divisões das participações sociais, das entidades que compõem o capital da Fundação, o capital de uma fundação é sólido, uno, não é divisível. Admite por tese que essa extrapolação seja feita a partir do ponto em que foi quantificado o depósito de património, ou de dinheiro das entidades que compõem a fundação, ou no limite da leitura dos estatutos, daquilo que se extrai da composição dos órgãos. Mas não dizer-se que o município tem 55%, ou 60% ou 70% de uma Fundação, do ponto de vista jurídico isso é uma inexistência, ninguém detém menor ou maior parte do capital de uma Fundação, por exemplo ninguém detém maior ou menor parte do capital da Fundação Gulbenkian, o capital das Fundações é uno, sólido, indivisível, não é distribuído pelas entidades que nela participam, e mais as entidades que participam numa fundação não são responsáveis na proporção de uma quota-parte da sua participação, voltou a dizer o capital de uma fundação é uno, indivisível, o que sucede é que o município de Portalegre tem um ascendente notório, desde logo estatutariamente, sobre a Fundação Robinson, nomeia a maioria dos administradores, nomeia a maioria dos membros do conselho de curadores, nomeia quem dirige a Fundação Robinson. E portanto considera ousado, inovador dizer-se que o município de Portalegre detém a maioria do capital, que não é divisível, do ponto de vista jurídico. Quando uma Fundação está constituída, depois da sua constituição não se pode perceber quem detém a maior parte ou menor



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

parte do capital, que originou a sua constituição. Porque em tese, a definição jurídica de uma Fundação é Gestão Autónoma de Património, o património de que foi constituída a própria fundação. Reforçou que não há sócios maioritários ou acionistas maioritários numa fundação, isso não existe.

O senhor presidente de mesa agradeceu o esclarecimento prestado.

A senhora presidente de Câmara agradeceu e disse que era a primeira vez que lhe era apresentada essa descrição, que não se recordava de pareceres anteriores a fracionarem e que seria o entendimento do ROC, e reforçou que também em 2019 a Fundação não apresentou contas, as últimas contas são de 2018 e recordou que chegou à Câmara no final de 2021.

Ricardo Romão retomou a palavra e questionou o senhor presidente da Assembleia que havia dito que nunca esteve numa reunião do conselho de curadores, porque não fora convocado, concorda, mas conhecendo os estatutos da Fundação e as suas responsabilidades como presidente da Assembleia, por quem é que espera ser eventualmente convocado um dia.

Ao que o senhor presidente de mesa respondeu: “Claramente pela presidente do Conselho de Curadores”.

Ricardo Romão questionou então quem seria essa pessoa.

O senhor presidente de mesa indicou que segundo os estatutos e a interpretação dos mesmos seria a Dra. Adelaide Teixeira.

A senhora presidente de Câmara acrescentou que na ata da reunião de Câmara de 14 de agosto de 2019 é muito clara. O senhor presidente não foi convocado nem pode ser convocado, porque enquanto esse órgão não for constituído, em reunião de Câmara, não pode ser convocado, e voltou a dizer que o presidente de câmara não é presidente do conselho de curadores por inerência.

O senhor presidente de mesa agradeceu as intervenções e passou ao ponto seguinte.

10. Desafetação do domínio público para o domínio privado do Município de Portalegre, de uma parcela de terreno com a área de 1.490,09 m², sita no Loteamento da Tapada dos Sobreiros, Freguesia da Urra, concelho de Portalegre, aprovada em reunião ordinária da CMP de 17.06.2024;

Raul Cordeiro no uso da palavra solicitou um esclarecimento sobre o ponto, uma pequena explicação técnica. E perguntou se estava relacionada com a ampliação do cemitério da Urra, que já andam há muito tempo a falar da ampliação do cemitério da Urra, e parece que afinal é fácil de resolver, porque afinal aquela parcela de terreno, afinal é pública, porque o que se entende é que já podia estar resolvido há mais tempo.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

A senhora presidente de Câmara destacou que essa matéria foi começada a tratar no segundo ano de mandato, mas foram induzidos em erro, porque o município erradamente e também a proprietária do terreno contíguo, julgavam ser da propriedade dessa senhora. Portanto o município julgava que era propriedade de uma pessoa e essa pessoa também achava que lhe pertencia. A Câmara deliberou um apoio para a aquisição do terreno e o negócio estava praticamente firmado, quando se começou a emitir documentação para o assunto, os técnicos do município descobriram que afinal esse terreno era do Domínio Público, propriedade do município. De facto já podia estar resolvido há mais tempo, e agora há que proceder à desafetação do domínio público para posteriormente deliberar em reunião de Câmara a cedência para a Junta de Freguesia de Urra. Houve um lapso que não foi intencional e estava toda a gente enganada no processo, sempre foi dito que o terreno era de um determinada pessoa e o senhor presidente da junta sabe.

Raul Cordeiro acrescentou que foi feita uma transferência de um valor para a junta de freguesia, para aquisição do terreno de vinte mil euros, e perguntou se a senhora presidente estava em condições de indicar uma data para o início das obras de ampliação do cemitério, já que a questão do terreno está resolvida.

A senhora presidente de câmara afirmou que não iria cometer a indelicadeza de 'mandar na casa que outras pessoas dirigem', o cemitério de Urra é propriedade da Junta de Freguesia e não da Câmara, é da responsabilidade da Junta de Freguesia. Existe o compromisso de ajudar a Junta de Freguesia a resolver a questão, e irão fazê-lo em parceria, tem uma verba em orçamento para transferir para a Junta de freguesia, e trabalhará em conjunto mas quem dirige a Junta é o seu presidente. Da sua parte o que pode garantir é que após a aprovação da desafetação, na próxima reunião de câmara levará a cedência do terreno à Junta, e dará andamento ao processo, não sendo um assunto da exclusividade da Câmara não pode cometer essa indelicadeza.

Raul Cordeiro sintetizou que da parte do município existem todas as condições para que se avance rapidamente e durante o ano de 2024.

Henrique Santinho no uso da palavra cumprimentou a todos e tendo sido citado que tinha sido feita uma transferência para a junta de freguesia, para aquisição de um terreno que afinal era do município, para entender melhor o assunto, visto que também é presidente de Junta, e vê muitas pessoas preocupadas com pormenores, mas esse é um pormenor importante, perguntou se a transferência reverteu novamente a favor do município, ou se reverteu para a freguesia da Urra, para uma finalidade que já não é necessária.

A senhora presidente de Câmara disse que responde por uma parte, o senhor presidente de junta de Urra responde pela outra parte, não fala pelas competências de outra pessoa, da parte da Câmara Municipal pode dizer que a verba não foi devolvida, quanto ao resto não lhe compete responder.

Raul Cordeiro lembrou que é uma simples regra orçamental, uma verba que é transferida para um determinado fim, não pode ser usada para outro fim, que não seja



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

o fim para o qual foi transferida. A junta de freguesia terá a verba consignada para uma determinada questão, e poderá usá-la para essa questão, se o município entender solicitar ao executivo da junta a devolução dessa verba fá-lo-á, e ato contínuo a junta de freguesia estará disponível para o fazer. Quando uma verba é atribuída para um determinado fim ela não pode ser usada para um fim diferente do atribuído e o senhor presidente de junta de Fortios sabe isso. E mais, não se consegue antecipar uma coisa que não se sabe, o assunto está presente na assembleia municipal a decorrer e antes disso não podia haver nenhuma consequência relacionada com ele.

Jaime Fitas no uso da palavra confirmou que quando o município solicitar a verba essa regressará ao município, e que a junta de freguesia de Urra tem disponibilidade financeira para ajudar a freguesia dos Fortios.

O senhor presidente de mesa agradeceu as intervenções e passou ao ponto seguinte.

- 11. Isenção de taxas apresentada pelo Centro Social e Paroquial de São Tiago, relativo à 3.ª prorrogação de prazo, para a execução da obra de construção de edifício destinado a unidade de cuidados continuados e estrutura residencial para idosos, sita em Tapada das Freiras, n.º 2, freguesia da Urra, aprovada em reunião ordinária da CMP de 17.06.2024;**

Não havendo mais intervenções o senhor presidente de mesa colocou os pontos a votação.-----

DELIBERAÇÕES:

1- Informação da presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

2- Atas n.os 18 e 19 referentes às reuniões realizadas em 25 e 30 de abril de 2024, respetivamente;

Ata nº18:

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com seis abstenções e vinte e dois votos favoráveis, aprovar a ata. Absteram-se os membros Nuno Fernando do Espírito Santo Bambulo, Patrícia Elias Lopes de Groote Cardoso, Sara Maria Esteves Luís Sardinha, João Luis Soeiro da Graça Pina, Francisco António Carvão Trindade, e João Paulo Carreço Brazão. -----

Ata nº 19:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

12

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com seis abstenções e vinte e dois votos favoráveis, aprovar a ata. Abstiveram-se os membros Nuno Fernando do Espírito Santo Bambulo, Patrícia Elias Lopes de Grootte Cardoso, João Luis Soeiro da Graça Pina, Francisco António Carvão Trindade, Maria da Conceição Barradas Grilo, Amândio José Valente e Valente.-----

3- Doação do lote 445 da Zona Industrial à associação Portalegre Associada Contra a Insuficiência Alimentar (PACIA), aprovado em reunião ordinária da CMP de 06.05.2024

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a Doação do lote 445 da Zona Industrial à associação Portalegre Associada Contra a Insuficiência Alimentar (PACIA), conforme a **deliberação do órgão executivo tomada em sua reunião de 06.05.2024:**

“Aprovar a doação do lote 445, sito no Loteamento Municipal da Zona Industrial de Portalegre, com a área de 2.600,00 m², descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 1266, da freguesia da Urra, concelho de Portalegre, inscrito na matriz respetiva sob o artigo 2381, da dita Freguesia da Urra, à associação Portalegre Associada Contra a Insuficiência Alimentar (PACIA), de harmonia com as condições estipuladas em reunião de Câmara de 06/05/2024 que são: a impossibilidade de venda ou transmissão do referido lote a terceiros, sem o consentimento da Câmara Municipal; o prazo de 5 anos, podendo ser prorrogado, para a construção do armazém destinado para guardar bens alimentares do Banco Alimentar, e caso não sejam cumpridos estes encargos, a reversão do lote para o Município de Portalegre”.-----

4- Relatório semestral - 2.º semestre de 2023, enviado pela freguesia de Alegrete, relativo ao Auto de Transferência de Competências, presente em reunião ordinária da CMP de 20.05.2024;

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

5- Relatório semestral - 2.º semestre de 2023, enviado pela freguesia de Alegrete, relativo ao Contrato Interadministrativo em vigor, presente em reunião ordinária da CMP de 20.05.2024;

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

6- 10ª Alteração ao Plano de Pormenor da Avenida do Brasil em Portalegre, aprovada em reunião ordinária da CMP de 03.06.2024;

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o ponto.-----

7- Primeira Alteração Modificativa Orçamental de 2024, dos Serviços Municipalizados Águas e Transportes, aprovada em reunião ordinária da CMP de 17.06.2024;

12



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o ponto.-----

8- Primeira Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos de 2024, dos Serviços Municipalizados Águas e Transportes, aprovada em reunião ordinária da CMP de 17.06.2024;

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o ponto.-----

9- Relatório de Consolidação de Contas 2023 do Município de Portalegre, aprovado em reunião ordinária da CMP de 17.06.2024, acompanhado de Parecer do ROC (Marques, Cruz & Associado – sociedade de revisores oficiais de contas) e certificação legal das contas consolidadas de 2023;

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com o voto de qualidade do presidente da mesa, sendo nove votos contra (grupo municipal do PS e grupo municipal da CDU), cinco abstenções (grupo municipal da CLIP sem os presidentes de junta de freguesia) e catorze votos a favor (grupo municipal PSD/CDS e presidentes de junta de freguesia CLIP) aprovar o ponto.-----

Declaração de voto do grupo municipal do Partido Socialista (Raul Cordeiro), fazendo uso da declaração de voto dos vereadores na reunião do executivo:

“Os Vereadores do Partido Socialista votam contra o relatório de gestão do Município por duas razões:

- A primeira, do ponto de vista formal, desde logo, porque recebemos mesmo agora o parecer do Revisor Oficial de Contas e aí a responsabilidade do Município é lateral, mas também pelo facto de só na sexta-feira às 6 da tarde, termos recebido o relatório de gestão do Município. Aí já não é compreensível, é responsabilidade do Município, até por uma razão muito simples, porque este relatório de gestão, foi o mesmo que foi enviado atempadamente para o próprio Revisor Oficial de Contas. Portanto, não há razão para o relatório de gestão não ter sido incorporado na convocatória desta reunião, com os demais documentos e portanto isso não se consegue compreender.

- A outra ordem de razão é, do ponto de vista material, o facto de pelo enésimo ano consecutivo vir uma reserva à falta de consolidação de contas com a Fundação Robinson. Isto acontece pela persistência de não se designarem novos Órgãos Sociais da Fundação Robinson, nem que fosse para pelo menos fazer o expediente, nomeadamente elaborar a atividade contabilística da Fundação. Portanto, isto constitui, do meu ponto de vista uma falta grave do Município, que depois se verte, nesta reserva observada consecutivamente também pelo Revisor Oficial de Contas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Nesse sentido os Vereadores do Partido Socialista não poderiam deixar de votar contra o documento que nos é apresentado.

Muito obrigado!".

10- Desafetação do domínio público para o domínio privado do Município de Portalegre, de uma parcela de terreno com a área de 1.490,09 m2, sita no Loteamento da Tapada dos Sobreiros, Freguesia da Urra, concelho de Portalegre, aprovada em reunião ordinária da CMP de 17.06.2024;

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o ponto.-----

11- Isenção de taxas apresentado pelo Centro Social e Paroquial de São Tiago, relativo à 3.ª prorrogação de prazo, para a execução da obra de construção de edifício destinado a unidade de cuidados continuados e estrutura residencial para idosos, sita em Tapada das Freiras, n.º 2, freguesia da Urra, aprovada em reunião ordinária da CMP de 17.06.2024;

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o ponto.-----

Aprovação em minuta:

O senhor presidente de mesa chamou a atenção dos presentes para a necessidade de ser efetuada a votação à minuta da ata, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 57.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. Após votação dos membros, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

ENCERRAMENTO:

=====

Não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo senhor presidente de mesa, encerrada a 15.ª sessão ordinária da Assembleia Municipal, eram 23:50 do dia 28 de Junho do ano de dois mil e vinte e quatro, e, da qual foi lavrada a presente ata, que será devidamente assinada, nos termos da lei.-----

O Presidente da Assembleia Municipal de Portalegre,

(Luís Miguel Casqueiro Romão)

O/A Secretário/a

Ata n.º 20 – 28/06/2024

28

(escrita conforme o novo acordo ortográfico)